

**CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO  
URUGUAI CATARINENSE**

Concórdia – SC

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

**AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO**  
**CNPJ: 04.432.096/0001-18**  
**Concórdia - SC**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**(Valores expressos em reais)**

**A T I V O**

		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>	<b>29.289.864,67</b>	<b>29.985.470,87</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	03A/04	<b>5.296.919,57</b>	<b>12.054.574,17</b>
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS</b>		<b>23.992.945,10</b>	<b>17.930.896,70</b>
Operações - programa de crédito	03B/05	25.650.672,12	19.444.591,91
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	03C/06	(1.718.460,67)	(1.537.920,66)
Outros créditos		60.733,65	24.225,45
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.994.948,75</b>	<b>9.228.553,14</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>12.900.656,47</b>	<b>8.371.482,90</b>
Operações - programa de crédito	03B/05	12.900.656,47	8.371.482,90
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>506.052,39</b>	<b>364.285,94</b>
Investimentos		506.052,39	364.285,94
<b>IMOBILIZADO</b>	03D/7	<b>586.858,89</b>	<b>491.403,30</b>
Bens em operação		1.281.392,07	1.070.558,91
(-) Depreciações acumuladas		(694.533,18)	(579.155,61)
<b>INTANGÍVEL</b>		<b>1.381,00</b>	<b>1.381,00</b>
Bens intangíveis		1.381,00	1.381,00
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>43.284.813,42</b>	<b>39.214.024,01</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO**  
**CNPJ: 04.432.096/0001-18**  
**Concórdia - SC**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**(Valores expressos em reais)**

**P A S S I V O**

	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b><u>4.918.819,10</u></b>	<b><u>5.076.279,16</u></b>
Instituições financeiras	03E/08	3.761.262,28	4.237.701,93
Fornecedores		106.664,51	51.777,39
Salários e ordenados a pagar		198.303,61	149.703,08
Obrigações fiscais e sociais	09	160.984,94	116.558,25
Provisões trabalhistas	03F/10	443.297,88	327.569,39
Outras contas a pagar	11	248.305,88	192.969,12
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b><u>13.643.126,11</u></b>	<b><u>13.461.242,32</u></b>
Instituições financeiras	03E/08	13.534.158,20	13.386.115,77
Provisões para contingências		20.000,00	20.000,00
Outras contas a pagar	11	88.967,91	55.126,55
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b><u>24.722.868,21</u></b>	<b><u>20.676.502,53</u></b>
Patrimônio social	12	24.722.868,21	20.676.502,53
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b><u>43.284.813,42</u></b>	<b><u>39.214.024,01</u></b>

**(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)**

**AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO**  
**CNPJ: 04.432.096/0001-18**  
**Concórdia - SC**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE**  
**(Valores expressos em reais)**

		<b>PERÍODOS</b>	
		<b>01/Jan./2021</b>	<b>01/Jan./2020</b>
		<b>a</b>	<b>a</b>
		<b>31/Dez./2021</b>	<b>31/Dez./2020</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>Nota</b>	<b><u>15.861.204,21</u></b>	<b><u>13.240.638,81</u></b>
Rendas com operações de crédito	03G	14.705.181,95	11.273.014,91
Juros, mora e multa por atraso	03H	1.156.022,26	1.967.623,90
<b>DEDUÇÕES RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b><u>(2.962.687,18)</u></b>	<b><u>(3.139.676,96)</u></b>
Encargos com captação de recursos	03I	(2.111.031,14)	(1.678.976,68)
Descontos antecipação		(851.656,04)	(1.460.700,28)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		<b><u>12.898.517,03</u></b>	<b><u>10.100.961,85</u></b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b><u>1.195.551,70</u></b>	<b><u>744.891,72</u></b>
Recuperação de créditos baixados p/ perdas		1.195.551,70	744.891,72
<b>DESPESAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO</b>		<b><u>(1.486.401,08)</u></b>	<b><u>(1.572.017,49)</u></b>
Perdas no recebimento de créditos	03J	(1.305.861,07)	(1.572.017,49)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa		(180.540,01)	-
<b>SUPERÁVIT BRUTO</b>		<b><u>12.607.667,65</u></b>	<b><u>9.273.836,08</u></b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b><u>(9.054.189,29)</u></b>	<b><u>(7.132.439,04)</u></b>
Despesas gerais e administrativas		(8.834.304,64)	(6.903.206,26)
Despesas tributárias		(76.704,08)	(97.756,58)
Despesas de serviços financeiros		(143.180,57)	(131.476,20)
<b>SUPERAVIT OPERACIONAL</b>		<b><u>3.553.478,36</u></b>	<b><u>2.141.397,04</u></b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>		<b><u>450.426,75</u></b>	<b><u>306.092,72</u></b>
Rendimentos de aplicações financeiras		427.713,70	227.725,70
Outras receitas e despesas operacionais		22.713,05	78.367,02
<b>RESULTADO LÍQUIDO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>		<b><u>42.460,57</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>		<b><u>4.046.365,68</u></b>	<b><u>2.447.489,76</u></b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO  
CNPJ: 04.432.096/0001-18  
Concórdia - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(Valores expressos em reais)

EVENTOS	SUPERÁVITS ACUMULADOS	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	TOTAL
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>18.229.012,77</b>	-	<b>18.229.012,77</b>
Superávit do exercício	-	2.447.489,76	2.447.489,76
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	2.447.489,76	(2.447.489,76)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>20.676.502,53</b>	-	<b>20.676.502,53</b>
Superávit do exercício	-	4.046.365,68	4.046.365,68
Incorporação do superávit do exercício ao patrimônio social	4.046.365,68	(4.046.365,68)	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>24.722.868,21</b>	-	<b>24.722.868,21</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>4.046.365,68</b>	-	<b>4.046.365,68</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

**AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CRECERTO**  
**CNPJ: 04.432.096/0001-18**  
**Concórdia - SC**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO**  
**(Valores expressos em reais)**

	<b>PERÍODOS</b>	
	<b>01/Jan./2021</b>	<b>01/Jan./2020</b>
	<b>a</b>	<b>a</b>
	<b>31/Dez./2021</b>	<b>31/Dez./2020</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>(6.272.947,45)</u></b>	<b><u>546.464,21</u></b>
<b>Superávits dos exercícios</b>	<b><u>4.046.365,68</u></b>	<b><u>2.447.489,76</u></b>
Ajustado por:		
Depreciação do período	115.377,57	139.476,23
Constituição (reversão) da PCLD	180.540,01	(17.458,64)
Constituição de provisão para contingências	-	20.000,00
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Operações - programa de crédito	(10.735.253,78)	(2.097.184,70)
Outros créditos	(36.508,20)	(4.551,61)
Fornecedores	54.887,12	(23.265,35)
Salários e ordenados a pagar	170.346,48	15.820,94
Obrigações fiscais e sociais	(77.319,26)	8.866,70
Provisões de férias	115.728,49	16.983,78
Outras contas a pagar	(107.111,56)	40.287,10
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b><u>(352.599,61)</u></b>	<b><u>(149.863,40)</u></b>
(Aquisições) Investimentos	(141.766,45)	(38.888,06)
(Aquisições) Baixas líquidas do imobilizado	(210.833,16)	(110.975,34)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b><u>(132.107,54)</u></b>	<b><u>1.922.975,84</u></b>
Aumento de instituições financeiras	(132.107,54)	1.922.975,84
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>(6.757.654,60)</u></b>	<b><u>2.319.576,65</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.054.574,17	9.734.997,52
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.296.919,57	12.054.574,17

**(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)**

**CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO  
ALTO URUGUAI CATARINENSE  
CNPJ: 04.432.096/0001-18  
Concórdia - SC**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM  
31 DE DEZEMBRO 2021  
(Valores expressos em reais)**

**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A **CRECERTO – AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO SOLIDÁRIO DO ALTO URUGUAI CATARINENSE** é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como OSCIP (Organização de Sociedade Civil de Interesse Público) nos termos da lei n.º 9.790/99, e tem por finalidade: I – Promover o desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza, através da concessão de crédito produtivo e orientado, visando a criação e a consolidação de empreendimentos de micro e pequeno porte, formais ou informais, sob a forma de pessoas físicas ou jurídicas; II – Apoiar os micros empreendimentos através da experimentação, de forma não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; III – Promover o desenvolvimento socioeconômico de famílias de baixa renda através da concessão de crédito pessoal, visando entre outras finalidades, aquisição de bens de consumo duráveis novos ou usados, formação profissional, tratamento de saúde, melhorias do meio de transporte e habitação, visando o aumento da renda familiar e da capacidade empreendedora dos beneficiários; IV – Prestar assistência técnica e capacitação a micro e pequenos empreendedores e seus empregados, visando à melhoria da gestão e o aumento da competitividade dos empreendimentos; V – Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor; VI - Administrar recursos financeiros repassados através de termos de parceria por entidades públicas ou privadas, de acordo com a legislação em vigor; VI – Participar do capital social de empresas desenvolvedoras de sistemas informatizados, empresas de tecnologia financeira denominadas “*fintechs*”, microsseguradoras e corretoras de microseguros, visando o aumento da competitividade da CRECERTO e sustentabilidade; VII – Buscar como resultado da gestão da Instituição o equilíbrio entre o desempenho financeiro e o desempenho social, com procedimentos alinhados com os padrões universais de gestão de desempenho social, através de medidas que protejam os clientes externos e internos com transparência, dentro de um contexto de práticas responsáveis e crédito orientado; VIII – Estimular a educação e inclusão financeira do público alvo através da utilização de meios eletrônicos de pagamento, contas digitais e aplicativos em telefones celulares, de acordo com a legislação em vigor que regula os Arranjos de Pagamentos no Brasil; e, tem como área de atuação todo o território nacional, respeitando as condições técnicas e operacionais de atendimento.

A Instituição está estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em Concórdia/SC e mantém filiais no Estado de Santa Catarina, nos municípios de Capinzal, Catanduvas, Chapecó, Seara, Videira e Xanxerê. No Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Caxias do Sul, Erechim, Passo Fundo e Vacaria; e no Estado do Paraná no município de Pato Branco.

A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela administração da instituição em 18 de março de 2022.

## **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **A) BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, exceto quanto a seção 27, e com a Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, juntamente com o Manual do Plano de Contas Contábil para OSCIP de Microcrédito, editado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em atendimento ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, criado pela Lei nº 11.110/05.

### **B) BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico de acordo com as normas descritas na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

### **C) MOEDA FUNCIONAL**

A Administração da Instituição definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas na Seção 30 da NBC TG 1000 (R1).

### **D) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### **E) AJUSTE A VALOR PRESENTE**

Quando aplicável, os valores sujeitos a tal ajuste, são convertidos ao valor presente, em contrapartida do resultado do exercício, obedecendo ao disposto na Seção 2 da NBC TG 1000 (R1).

## **NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

### **A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

#### **NÃO DERIVATIVOS**

A Instituição reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Instituição se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição desreconhece o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Instituição transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.



Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Instituição tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

### ***Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento***

Se a Instituição tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

### ***Instrumentos financeiros disponíveis para venda***

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A Instituição não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

### ***Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são avaliados pelo valor justo através do resultado se a Instituição gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. A Instituição não possui instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado.

A Instituição possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** Os saldos de Bancos e Aplicações Financeiras incluem depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

Sobre as aplicações financeiras são reconhecidos os rendimentos *pro rata temporis*.

**RECEBÍVEIS:** são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de operações – programa de crédito.

**EXIGÍVEIS:** abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de financiamentos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados por instituições financeiras e outras contas a pagar.

## **B) OPERAÇÕES – PROGRAMA DE CRÉDITO**

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, atualizados até a data do balanço, líquido dos juros futuros a receber.

## **C) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa teve como referência os parâmetros definidos na Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil (BACEN), considerando-se os critérios e percentuais descritos na Resolução supracitada, conforme orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, descritas no Manual do Plano de Contas Contábil para OSCIP de Microcrédito e Comunicado AMCRED-SC e normativas posteriormente emitidas.

## **D) IMOBILIZADO**

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, sendo depreciados com base no método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, conforme Instrução Normativa RFB nº 1700/2017, às seguintes taxas:

<b>Conta</b>	<b>Depreciação</b>
Computadores e Periféricos	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% a.a.
Veículos	20% a.a.

## **E) INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido da Instituição Financeira, incluindo os custos da transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com encargos financeiros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os encargos financeiros são incluídos à rubrica Encargos com Capitação de Recursos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Instituição tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **F) PROVISÕES TRABALHISTAS E ENCARGOS**

As provisões trabalhistas são reconhecidas tendo como base as obrigações assumidas pela instituição, referentes a eventos futuros, atendendo a legislação trabalhista em vigor e ao princípio contábil da competência.

## **G) RENDAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

As rendas com operações de créditos são reconhecidas em base linear, durante o contrato de empréstimo para clientes, seguindo-se as determinações contratuais e o princípio contábil da competência. Para os contratos com parcelas vencidas a mais de 60 (sessenta dias), a apropriação de juros se dá pelo efetivo recebimento.

## **H) JUROS, MORA E MULTA POR ATRASO**

Refere-se a encargos financeiros conforme disposições contratuais e de mercado, apropriados sobre os valores a receber de clientes que se encontram em atraso, atualizando tais créditos em montante não superior ao permitido pelos órgãos reguladores.

#### I) PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

Os contratos decorrentes de operações de créditos que se encontram vencidos a mais de 360 (trezentos e sessenta) dias, são reconhecidos em sua totalidade para Perdas, apropriados em despesa operacional.

No momento em que tais recursos são recebidos pela instituição, é reconhecida uma receita, apropriada à rubrica Recuperação de Créditos Baixados para Perdas.

#### J) APURAÇÃO DO SUPERÁVIT

As receitas e as despesas decorrentes das atividades da Instituição foram reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

#### K) ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por ser constituída e desenvolver suas atividades como instituição de direito privado sem fins lucrativos, prestando exclusivamente os serviços para os quais foi constituída, a instituição possui isenção do IRPJ e do recolhimento das Contribuições Sociais, conforme artigo n.º 184 do Decreto 9.580/2018 e artigo n.º 15 da Lei n.º 9.532/97.

#### NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representado pelos valores financeiros livres para movimentação, conforme segue:

Descrição	2021	2020
Bens numerários	1.484,31	417,94
Depósitos bancários à vista	2.314.727,45	251.518,14
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.980.707,81	11.802.638,09
<b>Total de Caixa e Equivalentes de caixa</b>	<b>5.296.919,57</b>	<b>12.054.574,17</b>

#### NOTA 5 – OPERAÇÕES – PROGRAMA DE CRÉDITO

Apresenta os valores a receber decorrentes de linhas de microcrédito concedidas aos beneficiários, com taxa básica de juros de 3,59% ao mês em média, nas modalidades de capital fixo, giro, misto e recebíveis.

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes de microcrédito	36.305.722,92	16.952.435,84	26.661.130,48	10.729.642,89
Clientes de recebíveis	116.616,00	-	51.050,00	-
(-) Rendas a apropriar	(10.771.666,80)	(4.051.779,37)	(7.267.588,57)	(2.358.159,99)
<b>Total de Operações – Programa de Crédito</b>	<b>25.650.672,12</b>	<b>12.900.656,47</b>	<b>19.444.591,91</b>	<b>8.371.482,90</b>

As garantias são compostas por avais de terceiros em sua maioria, ou alienações fiduciárias quando se trata de bens corpóreos.

## NOTA 6 – PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A PCLD é calculada tendo como base a Resolução nº 2.682/99 do Bacen, com a seguinte composição:

Classificação	2021	2020
AA - em dia *	(157.500,92)	(114.334,29)
A - 01 a 14 dias - 0,5%	(5.261,90)	(4.816,31)
B - 15 a 30 dias - 1%	(30.599,51)	(20.140,19)
C - 31 a 60 dias - 3%	(19.558,84)	(8.770,93)
D - 61 a 90 dias - 10%	(40.480,78)	(12.411,48)
E - 91 a 120 dias - 30%	(88.210,22)	(38.511,89)
F - 121 a 150 dias - 50%	(153.473,90)	(54.071,25)
G - 151 a 180 dias - 70%	(134.273,51)	(79.511,02)
H - Acima de 180 dias - 100%	(1.089.101,10)	(1.202.353,30)
<b>Total de Provisão para créditos de liquidação duvidosa</b>	<b>(1.718.460,68)</b>	<b>(1.537.920,66)</b>

\*Por determinação da AMCREDE os saldos de clientes classificados em nível "AA" serão calculados o percentual equivalente de 0,5% sobre o total desse nível para constituição de provisão de perda.

Mensalmente, os atrasos nos pagamentos de parcelas de principal e de encargos são avaliados por faixa de vencimento, e os contratos são segregados por níveis conforme determinação da Resolução Bacen nº 2.682/99.

## NOTA 7 – IMOBILIZADO

São os bens tangíveis da Instituição, com a seguinte movimentação no exercício de 2021:

Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
		(Baixa)	(Depreciação)	
<b>Imobilizado</b>	<b>491.403,30</b>	<b>315.193,43</b>	<b>(219.737,84)</b>	<b>586.858,89</b>
<b>Bens em operação</b>	<b>1.070.558,91</b>	<b>275.707,01</b>	<b>(64.873,85)</b>	<b>1.281.392,07</b>
Benfeitorias em imóveis de terceiros	28.479,43	2.714,00		31.193,43
Computadores e periféricos	235.047,38	112.147,95	(8.187,98)	339.007,35
Móveis e utensílios	233.114,81	101.865,06	(14.400,09)	320.579,78
Veículos	573.917,29	58.980,00	(42.285,78)	590.611,51
<b>( - ) Depreciações acumuladas</b>	<b>(579.155,61)</b>	<b>39.486,42</b>	<b>(154.863,99)</b>	<b>(694.533,18)</b>
( - ) Benfeitorias em imóveis de terceiros	(6.105,76)	-	(3.230,72)	(9.336,48)
( - ) Computadores e periféricos	(114.157,18)	6.291,61	(49.255,73)	(157.121,30)
( - ) Móveis e utensílios	(95.787,55)	3.799,36	(22.241,23)	(114.229,42)
( - ) Veículos	(363.105,12)	29.395,45	(80.136,31)	(413.845,98)

## NOTA 8 – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Representam os valores nominais a vencer dos contratos de financiamentos e encargos financeiros calculados até a data do balanço, com vencimentos até Nov./2025, atualizados pela TJLP + 1,3, 4%, 5%, 6,25% a.a. e SELIC + 5,6% a.a.

Instituição	Contrato	Vencimento	Atualização	2021		2020	
				Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
BADESC	2011052300	fev/24	4,23%a.a.+TJLP	-	-	605.381,12	1.456.274,55
BADESC	2011004704	jun/24	5,23%a.a.+TJLP	-	-	87.662,02	418.136,95
BADESC	2011004705	jun/24	5,23%a.a.+TJLP	-	-	262.985,98	1.254.410,48
BADESC	2011054200	jun/24	5,23%a.a.+TJLP	-	-	350.647,96	1.672.547,31
BADESC	2011004706	jun/25	5,23%a.a.+TJLP	87.964,56	418.136,95	-	-
BADESC	2011004707	jun/25	5,23%a.a.+TJLP	263.893,62	1.254.410,48	-	-
BADESC	2011052303	jun/25	4,23%a.a.+TJLP	614.539,52	1.456.274,55	-	-
BADESC	2011054203	jun/25	5,23%a.a.+TJLP	351.858,14	1.672.547,31	-	-
BNDES	15201321015	jun/24	1,3% a.a. + URTJLP	756.879,30	3.720.705,38	906.524,56	4.464.846,48
OIKOCREDIT	N.D.	mar/21	6,25%a.a.+Selic	-	-	338.373,15	-
OIKOCREDIT	N.D.	nov/25	5,6%a.a.+Selic	1.686.127,14	5.012.083,53	1.686.127,14	4.119.900,00
<b>Total de Instituições financeiras</b>				<b>3.761.262,28</b>	<b>13.534.158,20</b>	<b>4.237.701,93</b>	<b>13.386.115,77</b>

## NOTA 9 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
FGTS a recolher	29.977,79	23.822,79
INSS a recolher	91.768,16	67.275,90
Contribuição sindical	179,68	492,01
Cofins a recolher	924,10	804,19
INSS retido a recolher	22,44	17.572,23
IRRF a recolher	29.964,74	203,41
ISS retido a recolher	4,08	-
Pis sobre salários a recolher	8.027,62	6.174,20
Pis/Cofins/CSLL a recolher	116,33	213,52
<b>Total de Obrigações fiscais e sociais</b>	<b>160.984,94</b>	<b>116.558,25</b>

## NOTA 10 – PROVISÕES TRABALHISTAS

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021	2020
Provisão Férias e 1/3	331.492,76	244.882,02
Provisão INSS Férias	26.452,77	63.144,60
Provisão FGTS Férias	85.352,35	19.542,77
<b>Total de Provisões trabalhistas</b>	<b>443.297,88</b>	<b>327.569,39</b>

## NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Saldo contábil apresenta a seguinte composição:

Descrição	2021		2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques a compensar*	18.574,67	-	119.659,90	-
Depósitos não identificados**	40.656,78	-	38.404,79	-
Liberações à compensar	119.249,41	-	9.900,00	-
Antecipação honra crédito SC garantia***	-	88.967,91	-	55.126,55
Outros débitos	69.825,02	-	25.004,43	-
<b>Total de Outras contas a pagar</b>	<b>248.305,88</b>	<b>88.967,91</b>	<b>192.969,12</b>	<b>55.126,55</b>

\* Referem-se a cheques emitidos e ainda não compensados.

\*\* Trata-se de depósitos recebidos que se encontram pendentes de identificação.

\*\*\* Se refere a antecipação de honra conforme operação com a SC Garantia. Tal valor será devolvido mediante a cobrança do respectivo devedor.

## NOTA 12 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido, no montante de R\$ 24.722.868,21 (vinte e quatro milhões setecentos e vinte e dois mil oitocentos e sessenta e oito reais com vinte e um centavos), decorre de superávits e déficits acumulados de exercícios anteriores.

Em atendimento ao item 15 da ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, os superávits e déficits de exercícios anteriores e do exercício atual foram incorporados ao saldo de Patrimônio Social.

Em caso de extinção da Instituição, seu patrimônio será transferido a outra pessoa jurídica, sem fins lucrativos, também registrada no Ministério da Justiça, respeitados os casos previstos, compromissos e convênios firmados na legislação vigente e, preferencialmente, que tenha o mesmo objetivo social.

## NOTA 13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Instituição tem como prática a contratação de seguros para seus bens imóveis e móveis em valores que se considera suficiente para cobertura de eventuais danos decorrentes de sinistros.

## NOTA 14 – CONTINGÊNCIAS

A Instituição é integrante em processos administrativos e judiciais nas esferas cível e trabalhista, que surgem no curso normal de seus negócios. De acordo com sua assessoria jurídica, as contingências foram classificadas com risco de perda remoto ou possível, dispensando a provisão contábil para elas.

## NOTA 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição não tinha qualquer contrato de troca de índices (*swaps*) ou que envolvessem operações com derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelas disponibilidades, aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e contas a pagar estão registrados pelo valor de custo acrescidos dos rendimentos ou encargos

incorridos, deduzidos de eventuais provisões para perdas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

#### **NOTA 16 – EVENTOS SUBSEQUENTES – COVID-19**

A pandemia mundial causada pela Covid-19 motivo a adoção de providencias para tentar impedir o avanço da doença, incluindo a restrição de circulação de pessoas e o fechamento de comércio não essencial e de escolas. Esse evento acabou afetando a economia mundial e a economia brasileira, gerando impactos nas operações das entidades brasileiras, incluindo as Instituições de Microcrédito.

Como consequência, a Instituição buscou atender aos anseios da comunidade na qual está inserida, promovendo a prorrogação de prazos e renegociação de contratos de clientes que foram afetados, direta ou indiretamente, pelas restrições impostas pelo poder público.

Os efeitos econômicos decorrentes das medidas tomadas para a contenção da Covid-19 ainda não podem ser estimados, pois os Órgãos Públicos estão engajados na busca de soluções para conter o avanço da pandemia.

A administração da Instituição continua seguindo as determinações dos Órgãos de Saúde, privando pela saúde de seus colaboradores, clientes e comunidade em geral. A Instituição vem aplicando esforços para ultrapassar a crise e continuar os objetivos sociais, privando pelo desenvolvimento econômico e distribuição de renda através da concessão de créditos, bem como, a criação e o desenvolvimento do empreendimento.